



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
Diretoria Executiva
Procuradoria Jurídica

Parecer SEI-GDF n.º 37/2018 - FEPECS/DE/PROJUR

Referência: Processo SEI nº 00064-00000978/2018-82

Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº. 8.666/93. Contratação da COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB para prestação dos serviços de fornecimento de água potável, recepção e tratamento do esgoto. Parecer Normativo 186/2012 -PROCAD/PGDF. Viabilidade da contratação, desde que observadas as recomendações.

I – Relatório

Tratam os autos sobre a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, para prestação dos serviços de fornecimento de água potável, recepção e tratamento do esgoto nas dependências da FEPECS e sua unidade de Samambaia – DF, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8666/93.

O Projeto Básico apresenta a justificativa da contratação, evidenciando que a FEPECS tem buscado assumir diretamente a contratação de serviços essenciais, segregando suas próprias despesas da SES-DF.

A escolha do fornecedor é justificada no fato de a CAESB ser a única concessionária autorizada pelo Poder Público a executar o serviço que se pretende contratar, sendo ela a responsável por explorar o serviço público de saneamento básico no Distrito Federal, a teor do disposto na Lei nº 2.954/2002 e no Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA.

As estimativas de custo alcançaram como previsto o valor anual de **R\$ 243.211,19 (duzentos e quarenta e três mil duzentos e onze reais e dezenove centavos), e para o período de 60 (sessenta) meses, o valor estimado de R\$ 1.612.237,66** (um milhão seiscentos e doze mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), levando em conta os custos anteriores, bem como a média de reajustes realizados ao ano.

Instruem os autos:

- a) Projeto Básico da Contratação (6194663);
- b) Informação de Disponibilidade Orçamentária para o corrente ano (10435104);

É a síntese dos fatos.

II – Fundamentação

Preliminarmente, cumpre destacar que a presente análise será realizada sob o prisma estritamente jurídico acerca da contratação ora pretendida, não adentrando na análise de mérito sobre a conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É mandamento constitucional que as relações do poder público com os particulares sejam pautadas nos princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Decorre desses princípios o corolário jurídico da prévia licitação para formalização de acordos, ajustes, contratos, e demais instrumentos que confirmam isonomia e asseguram o melhor aproveitamento dos recursos públicos, consoante regramento próprio da Lei Geral de Licitações, nº 8.666/93.

Todavia, a lei permitiu que, em algumas situações específicas, a Administração contrate sem procedimento licitatório comum. Dentre essas hipóteses encontra-se a inexigibilidade de licitação, regulada no art. 25 da Lei 8.666/93. O legislador elencou a título exemplificativo, as três principais hipóteses de inexigibilidade, podendo o agente público, diante de um cenário em que se mostra inviável qualquer competição, promover a contratação direta nesse fundamento.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; O inciso II denota que para os serviços técnicos listados no Art. 13, de natureza singular, com profissionais de notória especialização, é inexigível a licitação.

Com efeito, no Distrito Federal os serviços de saneamento básico foram conferido à Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB por meio da Lei nº 2.954/2002, que os realiza como concessão de serviço público em caráter de exclusividade, sendo justificada, assim, a ausência de competição para contratação dos serviços em tela.

Sobre o assunto, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal já emitiu pronunciamento quando da formulação do Parecer nº 186/2012 –PROCAD/PGDF, de lavra da ilustre Procuradora Márcia Carvalho Gazeta, concluindo pela possibilidade jurídica de contratação direta da CAESB, por inexigibilidade de licitação, para fins de fornecimento de água e coleta de esgoto nos órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal.

O citado Parecer recebeu efeito normativo por ato do ilustre Governador, conforme ato de publicação em Diário Oficial, de nº 84, de 27 de abril de 2012.

Convém transcrever os seguintes trechos do Opinativo acima citado:

(...)

Da mesma forma, sendo os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto remunerados por preços públicos, definidos em regime tarifário previsto em lei, desnecessária a apresentação de justificativa de preço, eis que deve a Administração se submeter ao regime tarifário que lhe é imposto segundo sua categoria de usuário (Lei Distrital nº 442/1993).

Com relação à minuta do contrato a ser celebrado, entendo ser legítima a adoção de modelo-padrão eventualmente ofertado pela CAESB, relevando que a Administração Pública, neste caso, figurará no ajuste como mera usuária, despidendo-se, por conseguinte, das prerrogativas que possui enquanto Poder concedente.

(...)

Por fim, cabe alertar para a necessidade de instrução do procedimento de contratação direta com os documentos referentes à habilitação da pretensa contratada, no que couber (arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93), em especial a comprovação de regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93).

Da leitura da manifestação PGDF, evidencia-se a que os órgãos e entidades da Administração Pública quando contratam com a CAESB o fazem nas mesmas condições que os demais

particulares, aderindo às condições e preços públicos da Companhia de Abastecimento para o recebimento de seus serviços.

Nesse encadear surge a exigência da regular instrução da inexigibilidade com a apresentação dos documentos de habilitação jurídica e respectivas certidões que atestem a regularidade fiscal, trabalhista da CAESB. Por se tratar de concessionária de serviço público com regime próprio de execução do serviço, reputa-se desnecessário exigir documentos de qualificação técnica ou econômico-financeira.

No tocante ao procedimento de inexigibilidade, verifica-se que o projeto básico fora aprovado pela autoridade competente (6194663).

Houve a confirmação de disponibilidade orçamentária (10435104)

Buscou-se estimativa do impacto orçamentário-financeiro, mas não houve manifestação conclusiva a esse respeito ou a indicação da compatibilidade com as diretrizes orçamentárias. Se a contratação não implicar em criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas, a declaração formal do ordenador de despesas nesse sentido supre a exigência do Art. 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, afigura-se necessário a observância do artigo 26 da Lei Geral de Licitações, a exigir despacho da autoridade superior que comunique e ratifique a inexigibilidade, com publicação da decisão em Diário Oficial.

Quanto à minuta contratual, em sendo a FEPECS mera usuária do serviço público inexistem as cláusulas exorbitantes, de modo que será utilizada minuta contratual padrão fornecida pela própria CAESB e disponibilizada com anexo a este Parecer, cabendo ainda o preenchimento das respectivas informações sublinhadas relacionadas à ratificação de inexigibilidade e à emissão do empenho.

III – Conclusão.

Por todo o exposto, opina-se pela viabilidade de contratação da COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, por meio de inexigibilidade de licitação, desde que observadas as recomendações constantes desta manifestação, que, sem prejuízo da leitura integral do opinativo, podem ser assim sintetizada: i) apresentação e verificação de habilitação jurídica da Companhia contratada; ii) apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro com a compatibilidade de gasto com as diretrizes orçamentárias; iii) ratificação da inexigibilidade de licitação pela autoridade superior.

À apreciação superior.

Breno Lima Barão

Gerente de Contratos e Convênios

GECON/PROJUR/DE/FEPECS

Acolho o **Parecer nº 37/2018 - PROJUR/DE/FEPECS** com todas as suas considerações, e determino o encaminhamento dos autos à Unidade de Administração Geral - UAG/DE/FEPECS para conhecimento e deliberação quanto à continuidade do feito.

TIAGO MATHEUS LOPES

Chefe Substituto da Procuradoria Jurídica

PROJUR/DE/FEPECS

**CONTRATO Nº 11/2018 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A FEPECS E A COMPANHIA DE
SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO
FEDERAL – CAESB, OBJETIVANDO A
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E
ESGOTAMENTO SANITÁRIO.**

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS**, com sua sede à SMHN – Quadra 501 – Bloco A – Brasília – DF, inscrita no CNPJ 04287092/0001-93, neste ato representada por **MARIA DILMA ALVES TEODORO**, brasileira, médica, residente e domiciliada nesta Capital, portadora da Carteira de Identidade nº 1.295.679 SSP/DF e do CPF nº 222.009.084-15, na qualidade de Diretora Executiva da FEPECS, com delegação prevista no argo 1º, inciso III, da Instrução Fepecs nº 2, de 9 de fevereiro de 2011, e competência atribuída pelo art. 24, inciso II do Decreto Distrital nº 26.128 de 19.08.2005, que aprovou o Estatuto da FEPECS, doravante denominada **CONSUMIDOR**, e a **COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB**, com sede no Centro de Gestão Águas Emendadas, Av. Sibipiruna, lotes 13/21, Águas Claras, Brasília/DF, CEP 71.928-720, Inscrição Estadual nº 07.324.667-001-67, inscrita no CNPJ sob o nº 00.082.024/0001-37, neste ato representada pelo seu Diretor Financeiro e Comercial, Senhor **MARCELO ANTONIO TEIXEIRA PINTO**, portador da Cédula de Identidade nº 2.911.144 – SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 152.264.335-49, e pela sua Superintendente de Comercialização, Senhora **ADEILDE MATIAS CARLOS DE ARAÚJO**, portadora da Cédula de Identidade nº 743.495 – SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 348.529.301-63, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF, celebram o presente Contrato, com base no art. 25, *caput*, art. 57, inciso II, e art. 62, § 3º, inciso II, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nas Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas Leis Distritais nº 4.285/2008, e 442, de 10 de maio de 1993, no Contrato de Concessão nº 01/2006 e na Resolução 14/2011, da Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal – Adasa, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, de forma contínua, dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências do **CONSUMIDOR** nas unidades de consumo localizadas na sede da FEPECS e na Unidade de Samambaia – DF.

| Local | Endereço | Inscrição Atual |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| Ed. Sede – FEPECS | SMHN Quadra 03 Conjunto A, Bloco 1 – Asa Norte – Brasília – DF. CEP: 70710-907 | 27154 |
| Unidade Samambaia | Quadra 301 Conj. 4 Lote 1 – Centro Urbano - Samambaia Sul – Brasília - DF CEP: 72.300 - 537 | 4353951 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

A CAESB executará de forma contínua os serviços de que trata a cláusula primeira e, em intervalos regulares, efetuará a leitura do hidrômetro da unidade de consumo para apurar o volume de água fornecido no período de referência.

Parágrafo primeiro. O consumo de água, expresso em metros cúbicos (m³), será apurado pela diferença entre duas leituras consecutivas do mesmo hidrômetro, desprezadas frações de metro cúbico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR

São direitos do CONSUMIDOR, sem prejuízo de outros garantidos em normas legais ou regulamentares:

- I – receber serviço adequado, assim considerado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;
- II – receber do poder concedente e da CAESB informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;
- III – obter com presteza a ligação da unidade de consumo às redes de água ou de esgotos;
- IV – receber os serviços dentro das condições e padrões estabelecidos em normas legais e regulamentares;
- V – obter informações detalhadas relativas às suas contas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e sobre os serviços realizados pela CAESB;
- VI – obter verificações gratuitas, da CAESB, quando o resultado constatar erro fora da faixa de variação admissível de -5% a +5% nos instrumentos de medição, independente do intervalo de tempo;
- VII – ser previamente informado, pela CAESB, de quaisquer alterações e interrupções na prestação dos serviços decorrentes de manutenção programada, com indicação clara dos períodos e alterações previstas, bem como das medidas mitigadoras a serem oferecidas;
- VIII – ser informado, diretamente ou por instrumento de divulgação adequado, de acidentes ocorridos no sistema que afetem a prestação regular dos serviços, com indicação clara dos períodos e alterações previstas e das medidas mitigadoras;
- IX – obter serviço específico, gratuito, eficiente e de fácil acesso, para atendimento às reclamações do CONSUMIDOR com presteza.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

São deveres do CONSUMIDOR, sem prejuízo de outros previstos em normas legais ou regulamentares:

- I – levar ao conhecimento do poder público e da CAESB as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- II – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CAESB na prestação do serviço;
- III – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhe são prestados os serviços;
- IV – utilizar, de modo adequado, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mantendo em condições adequadas as instalações internas da respectiva unidade de consumo;
- V – colaborar com a preservação dos recursos hídricos, controlando os desperdícios e perdas de sua utilização;
- VI – observar, no uso dos sistemas de saneamento básico, os padrões permitidos para lançamento na rede coletora, responsabilizando-se por todo e qualquer dano causado ao sistema e aos recursos hídricos por lançamentos indevidos;
- VII – pagar, dentro dos prazos, as faturas referentes aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a outros realizados pela CAESB, conforme os valores estabelecidos em normas legais e regulamentares
- VIII – evitar que pessoas não-autorizadas pela CAESB realizem serviços de instalação, reparação, substituição ou remoção de hidrômetros, bem como retirem ou substituam os respectivos selos;
- IX – solicitar à CAESB a substituição do hidrômetro em decorrência de danos, avarias, furto ou perda total, sem prejuízo das multas a que estiver sujeito em tais casos;
- X – permitir o acesso de empregados e representantes da CAESB a suas instalações, quando necessário realizar serviços relacionados ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Não se caracteriza como descontinuidade dos serviços a sua interrupção em situação de emergência ou, após prévio aviso, quando:

I – por inadimplemento do CONSUMIDOR, caracterizado pelo atraso superior a 60 (sessenta) dias no pagamento de fatura mensal;

II – motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

CLÁUSULA SEXTA – DAS TARIFAS

A cobrança do serviço de abastecimento de água obedecerá à estrutura tarifária atualizada, homologada pela Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal – Adasa, aplicando-se ao CONSUMIDOR a tarifa correspondente à categoria em que se enquadrar o imóvel.

Parágrafo único. O cálculo da cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário será igual a 100% (cem por cento) da cobrança de água.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTES E REVISÕES DE TARIFAS

Os reajustes ou revisões das tarifas praticadas pela CAESB serão analisados e homologados pela Adasa, obedecendo a critérios e periodicidade definidos por esta agência reguladora, sem qualquer interferência do CONSUMIDOR e independente de sua anuência.

CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO

A CAESB emitirá fatura mensal dos serviços objeto deste contrato, com base no consumo apurado e na tarifa atualizada correspondente à classificação e à faixa de consumo do CONSUMIDOR.

Parágrafo único. Na fatura de água, a CAESB deverá informar o volume de água consumido no mês, o mês de apuração do volume de água faturado, datas de leitura do hidrômetro (mês anterior e atual), o número do hidrômetro e os valores individualizados dos tributos incidentes sobre o consumo de água e sobre o faturamento relativo ao esgotamento sanitário.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento das faturas mensais será efetuado mediante Ordem Bancária, em favor da Caesb, até a data de vencimento.

Parágrafo único. O não-pagamento das faturas até a data de vencimento sujeitará o CONSUMIDOR a multa de 2% ao mês, juros de mora de 0,033% por dia de atraso e correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sem prejuízo de outras penalidades previstas em normas legais ou regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato, a cargo do CONSUMIDOR, serão executadas, conforme classificação orçamentária de manutenção de serviços administrativos gerais - FEPECS.

| | |
|----------------------|-----------------------|
| ESFERA | 1 |
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | 23.203 |
| PROGRAMA DE TRABALHO | 12.122.6002.8517.9739 |
| FONTE | 100 |
| NATUREZA DA DESPESA | 33.90.39 - 44 |

Parágrafo único. Foi emitida, em XX/XX/2008, a nota de empenho 2008NE000000, do tipo estimativo, no valor de R\$ 00.000,00 (XXXXXX reais).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses a duração total da contratação.

Parágrafo único. Como condição de sua eficácia, o presente contrato e seus aditamentos deverão ser publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, por extrato resumido, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, o que será providenciado pelo CONSUMIDOR às suas expensas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

1. solicitação do CONSUMIDOR, por escrito;
2. por ação da CAESB quando não forem cumpridas as obrigações contratuais por parte do usuário, ou, na ocorrência de eventuais impedimentos na prestação de serviços;
3. por inadimplência de qualquer das partes, observadas as peculiaridades do tipo de serviço prestado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

O CONSUMIDOR designará servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relativas ao serviço contratado e tomará as providências cabíveis para sanar faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos serão resolvidos com base nas normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, especialmente as Leis nº 8.987/95 e 8.078/90, a Lei Distrital nº 4.285/2008 e a Resolução 14/2011 – Adasa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A lavratura deste Contrato foi autorizada, por parte do CONSUMIDOR, por ato de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, registrada sob o nº xxxx e formalizada nos autos de processo administrativo de nº 00064-00000978/2018-82, ao qual o CONSUMIDOR se acha vinculado.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes.

MARCELO ANTONIO TEIXEIRA PINTO

Diretor Financeiro e Comercial

CAESB

ADEILDE MATIAS CARLOS DE ARAÚJO

Superintendente de Comercialização

CAESB

MARIA DILMA ALVES TEODORO

Diretora Executiva

FEPECS



Documento assinado eletronicamente por **BRENO LIMA BARÃO - Matr.0271738-7, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 14/08/2018, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO MATHEUS LOPES - Matr.0271525-2, Chefe da Procuradoria Jurídica-Substituto(a)**, em 14/08/2018, às 17:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **11327248** código CRC= **FFBF0753**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 01 Edifício Fepecs – Brasília-DF - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-907 - DF

(61) 3325-4981

00064-00000978/2018-82

Doc. SEI/GDF 11327248